

entrevista robert kurz

Novos e velhos combates

Robert Kurz / Foto de Mariana Pix

O autor alemão fala sobre o contexto que deu origem a *O colapso da modernização* e diz que a crise atual exige uma nova perspectiva, capaz de mirar além da forma-valor

Robert Kurz era um autor praticamente desconhecido quando escreveu *O Colapso da modernização*. Publicado na Alemanha no início da década de 1990, na prestigiosa coleção “Outra Biblioteca”, organizada pelo poeta e ensaísta Hans Magnus Enzensberger, o livro surgiu de longa elaboração teórica e militância política e nasceu

listas como “parte do sistema mundial de produção de mercadorias, de sorte que a quebra daquelas explicita tendências e impasses deste”. Na visão de Schwarz, “a ser verdadeira, a feição inviável que o desenvolvimento das forças produtivas tomou, levando o capitalismo ao impasse, confirma o prognóstico central de Marx”. Por outro lado, completa o brasileiro, “diferentemente da epopéia de Marx, que saudava a abertura de um ciclo, a de Kurz é inspirada pelo seu presumido encerramento. Se em Marx assistimos ao aprofundamento da luta de classes, onde as sucessivas derrotas do jovem proletariado são outros tantos anúncios de seu reerguimento mais consciente e colossal, em Kurz, 150 anos depois, o antagonismo de classe perdeu a virtualidade da solução, e com ela a substância heróica. A dinâmica e a unidade são ditadas pela mercadoria fetichizada – o anti-herói absoluto – cujo processo infernal escapa ao entendimento de burguesia e proletariado, que enquanto tais não a enfrentam”.

Legitimadas em grande parte pelo curso do mundo, as idéias originais do autor, conduzidas por uma prosa poderosa, causaram impacto e conquistaram leitores em diversos países. Só no Brasil, foram publicados, após o pri-

meiro livro, *O Retorno de Potemkin – capitalismo de fachada e conflito distributivo na Alemanha* e *Últimos Combates*. Agora, acaba de ser publicado *Com todo vapor ao colapso*, coletânea de textos lançada por Kurz em sua mais recente visita ao país, quando participou da Bienal Internacional do Livro, em Fortaleza, e do seminário “A crítica materialista no Brasil”, em São Paulo. Com Roswitha Scholz, que também esteve no seminário, Kurz edita hoje a revista EXIT! (www.exit-online.org e <http://obeco.planetaclix.pt>), além de escrever para periódicos na Alemanha, na Áustria e na Suíça e ter colunas regulares em diversos jornais, entre os quais a *Folha de S. Paulo*.

Na entrevista que se segue, concedida a integrantes de um grupo de estudos sobre sua obra do Laboratório de Geografia Urbana da USP e do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), Kurz faz um balanço teórico de seu percurso intelectual desde *O colapso da modernização* e fala sobre o aprofundamento de questões centrais de sua obra, como a crítica do valor na moderna sociedade produtora de mercadorias, a teoria da crise e o conceito de clivagem. **[Dieter Heidemann e Raquel Imanishi]**

A OBRA DE KURZ

[Traduzidas]

O colapso da modernização [Paz e Terra, 1992]
O Retorno de Potemkin – capitalismo de fachada e conflito distributivo na Alemanha [Paz e Terra, 1993]
Últimos Combates [Editora Vozes, 1996]
Com todo vapor ao colapso [Ed.UFJF/Pazulin, 2004]

[Não traduzidas]

A vingança de Honecker [1991]
Livro Negro do Capitalismo [1999]
Guerra de Ordenamento do Mundo [2002]
A ideologia anti-alemã [2003]
Razão Sangrenta [2004]

sob a influência direta da queda do muro de Berlim (1989) – analisada em detalhe em *A vingança de Honecker* (ver A obra de Kurz, acima). Audacioso, o *Colapso* é uma análise original da derrocada dos países socialistas, que interpreta o fim de linha a que haviam chegado essas economias como marco de crise do próprio capitalismo. Como disse seu mestre de cerimônias brasileiro, Roberto Schwarz, o livro apresenta as economias ditas socia-

“A humanidade não está preparada, mas tampouco tem outra escolha”

entrevista a Dieter **Heidemann**, Anselmo **Alfredo**, Caio **Melo**, Carlos **Toledo** e Vicente **Alves***

REPORTAGEM *O Colapso da Modernização saiu pouco tempo depois da queda do muro de Berlim (1989), época em que você fazia parte de um grupo de teoria crítica radical. Em que contexto surge o que você passa a chamar de “crítica do valor na moderna sociedade produtora de mercadorias”?*

Robert Kurz Nosso ponto de partida não foi acadêmico. Éramos todos ativistas de movimentos sociais de esquerda. No início da década de 1980, tínhamos a impressão de que as idéias da chamada “nova esquerda” vinham sendo erodidas desde 1968. Existia no grupo um ímpeto de reelaborar criticamente a própria história. Não queríamos mais participar do que víamos como uma espécie de “ciclo maníaco-depressivo” da militância política. Achávamos que a teoria não devia mais vir a reboque da prática política – ela não devia ter caráter “legitimatório”, mas ser levada a sério em sua autonomia. Entendíamos que a “nova esquerda”, apesar de toda a crítica ao stalinismo, não colocara em questão o “socialismo” e o “pós-capitalismo” da União Soviética. Os poucos teóricos que falaram em “capitalismo de Estado”, por exemplo, orientaram-se em geral pelo maoísmo chinês e não foram além de uma teoria de pouco alcance sociológico sobre o “poder da burocracia”. Uma análise mais profunda constata que o verdadeiro problema do chamado “socialismo real” era outro: as ordens sociais que resultaram da Revolução Russa e dos movimentos de libertação anticolonial continuaram sendo “modos de produção baseados no valor” (Marx), não sendo superada a forma social do sistema. As categorias do capital foram mantidas, impondo-se como necessários apenas seu controle e remodelagem político-administrativa na forma do Estado nacional — do mesmo modo que, no Ocidente, as pessoas foram subordina-

das ao sistema do “trabalho abstrato” (Marx). Não ocorreu uma transformação no sentido de um “além do capitalismo”, mas uma mudança no interior e na direção do mesmo. Isso correspondia à real situação histórica dos países do Leste e do Sul. Essas sociedades não haviam chegado ao limite do desenvolvimento capitalista, mas claudicavam em busca deste desenvolvimento na periferia do mercado mundial. Assim, as revoluções locais, apesar de suas bandeiras anticapitalista e marxista, foram na realidade revoluções burguesas feitas em países historicamente retardatários, delas surgindo regimes de modernização tardia. Como já havia sido característico da história absolutista e burguês-revolucionária do capitalismo do século 16 ao 19, repetiam-se no fundo fenômenos parecidos com outras roupagens ideológicas.

REPORTAGEM *As décadas finais do século 20 trouxeram, porém, uma crise qualitativamente nova que abriu espaço para a crítica dos reformismos tradicionais e neoliberais. E igualmente para crítica à categoria do trabalho, na medida em que a crise também expressava os limites irracionais a que chegara essa categoria central para a reprodução do sistema. Por outro lado, depois da ressaca do marxismo estruturalista e do triunfo do pensamento pós-moderno na universidade, tornou-se recorrente a acusação de que as análises de Marx tinham um viés economicista. Como situar assim as análises econômicas do pensamento marxista tradicional, criticadas por você, e em que ponto elas divergem desta nova teoria da crise?*

Kurz A nova interpretação da história da modernização no século 20, feita pelo grupo, trouxe o problema de como pensar “a contrapelo” do marxismo. Inicia-se, com isso, uma nova teoria da crise: até então, a teoria marxista tinha analisado as cri-

ses como interrupções passageiras da acumulação capitalista, isto é, como crises conjunturais ou rupturas estruturais na transição para um novo modelo de acumulação. A teoria da crise, assim como a idéia e a práxis do socialismo estatal, ficou presa ao horizonte do trabalho abstrato e às formas sociais do sistema produtor de mercadorias. Ou não se considerou possível uma barreira interna absoluta ao processo de acumulação ou não se relacionou essa possibilidade ao “trabalho abstrato” enquanto “substância do capital” (Marx). Nossa teoria da crise, ao contrário, esboçou a tese de que a “dessubstancialização” do capital levada a cabo pela terceira revolução industrial da microeletrônica representa uma barreira interna absoluta ao processo de acumulação. Pela primeira vez na história capitalista, realiza-se uma racionalização que torna dispensável a força de trabalho de modo mais rápido (e em volume maior) que a ampliação dos mercados possibilitada pelo barateamento dos produtos. Assim, apaga-se o mecanismo de compensação das crises vigente até então. Não é apenas conjunturalmente, mas estruturalmente, que o capital foge da acumulação real para o “capital fictício” (Marx) em bolhas financeiras que tem que estourar. Na medida em que se demonstra, nesta crise qualitativamente nova, a barreira histórica de acumulação do “modo de produção baseado no valor” (Marx) torna-se obsoleto o sistema produtor de mercadorias, o “trabalho abstrato” e, com eles, a ontologia marxista do trabalho. A partir da teoria da crise foi determinado, assim, o próprio locus histórico da nova e mais fundamental crítica ao capitalismo.

REPORTAGEM *E como essa teoria da crise se refletiu no livro?*

Kurz Só n’*O Colapso da Modernização* puderam ser articuladas, sis-

tematicamente, essa nova teoria da crise e uma crítica conceitual do socialismo que se baseara no trabalho abstrato e na produção de mercadorias. A crise das formas fundamentais e comuns do sistema produtor de mercadorias tornou-se manifesta, primeiramente, entre os retardatários históricos, avançando em seguida até os centros do capital ocidental. O fim da “modernização retardatária” é o início do fim da modernidade e de seu trabalho abstrato, ou seja, o fim também da política como forma de regulação e o fim da nação como espaço relacional do sistema produtor de mercadorias – como comprova na prática o processo da globalização. Todas as interpretações que pretendiam compreender o declínio da União Soviética e o fim do socialismo como vitória do capitalismo ocidental tornaram-se obsoletas. Coloca-se para o século 21 a tarefa de formular de maneira radical uma nova crítica social, isto é, transformar a crítica ao “trabalho abstrato”, à forma valor, à produção de mercadorias, à regulação política e à limitação nacional em uma crítica consciente e em uma superação das relações formais da sociedade moderna.

REPORTAGEM *No Brasil, o livro gerou polêmica e rendeu muitas críticas – entre outras, as de conter “diabruras metafísicas” e desaguar em “catastrofismo”. Como foi a recepção do livro na esquerda e que tipo de impacto suas análises tiveram, de modo geral, na opinião pública?*

Kurz As análises causaram espanto na medida em que se opunham fortemente às opiniões então vigentes. Por outro lado, intelectuais lúcidos como Hans Magnus Enzensberger e Roberto Schwarz consideraram relevante apresentar a nova teoria a um público mais amplo. Sem essa avaliação, o livro não teria sido editado,

nem tampouco traduzido. Na esquerda, a recepção foi muito dividida. Para uns, ele era uma explicação coerente do colapso oriental e da crise ocidental, considerados em conjunto. Para muitos intelectuais da Alemanha Ocidental, que haviam caído em depressão depois da reunificação alemã, a explicação pareceu uma espécie de “luz salvadora no fim do túnel”: ela oferecia-lhes a possibilidade teórica de elaborar o fim do “seu” socialismo não como uma aceitação incondicional do capitalismo ocidental. Para outros, a nova teoria estava totalmente fora de cogitação: era “esotérica” ou, no mínimo, amaluçada. A teoria da crise, em especial, foi denunciada sem mais como “apocalipse”. Para mim, chamou a

eles adivinharam que ali a ontologia do moderno era radicalmente questionada. Isto logo começou a ficar claro também para parte da esquerda que, de início, aprovava a análise. A *intelligentsia* alemã oriental, em particular, tornou-se visivelmente mais reservada quando as críticas à ontologia marxista do trabalho, da forma política e da nação revelaram-se parte integrante da nova formulação teórica. Na Alemanha, o marxismo tradicional tentou diversas vezes colocar-se contra a nova abordagem da “crítica do valor”, vivenciando-a como uma destruição da própria identidade. Também parte do público burguês que, a princípio, registrara a nova abordagem como um “jogo de contas de vidro” intelectual [referên-



“Não foi só a modernização retardatária que deu com os burros n’água – a crise da modernização atinge os países capitalistas centrais e os retardatários não podem mais orientar-se por eles”

atenção que tanto a recepção positiva quanto a negativa se restringiram quase que exclusivamente ao patamar analítico, enquanto os fundamentos teóricos da crítica ao trabalho abstrato e à forma-mercadoria não foram reconhecidos ou foram vistos como uma espécie de “OVNI teórico”. Neste sentido, a recepção negativa, com sua denúncia raivosa do caráter esotérico e apocalíptico das análises, foi mais longe na compreensão de sua novidade teórica –

cia ao livro homônimo do escritor alemão Herman Hesse], tornou-se fechada e resistente com o avanço e efetiva manifestação da crise nos centros ocidentais. Como se vê, a nova teoria encontrou eco social pelas vias mais variadas: seja através do enrijecimento da consciência dominante ou da defesa veemente de posições antigas que a crítica social tornou obsoletas, seja através de abordagens ecléticas e obscuras ou mesmo de incompreensões grossei-

ras. Quando se rompe o pequeno círculo de especialistas, tais fenômenos são inevitáveis. Por isso, a ressonância contraditória do livro serviu como incentivo para o desenvolvimento e concretização da nova teoria. Para tanto, já existia um número suficiente de mediadores, tradutores e colaboradores intelectuais independentes que encamparam a nova formulação. Formaram-se círculos de discussão da crítica do valor não só na Alemanha e na Áustria, mas também no Brasil, na Itália, na França e em Portugal.

REPORTAGEM *Nesse período, porém, houve a incorporação de novos conteúdos à teoria crítica. Fale um pouco sobre esse processo e seus desdobramentos para a crítica do valor.*

KURZ Inicialmente, a nova teoria concentrava-se no desenvolvimento da crítica da economia política. A teoria da crise e a crítica do sistema produtor de mercadorias viraram assuntos novos, mas o modo como esses conteúdos eram pensados ainda era o modo tradicional de se pensar a teoria. Como na filosofia hegeliana, a abordagem seguia o procedimento lógico-dedutivo, no qual a relação entre essência e aparência se resolve como uma equação matemática.

REPORTAGEM *Explique isso um pouco melhor.*

KURZ O pensamento abstrato universalista de toda a teoria moderna, que tem as suas raízes na filosofia do Esclarecimento, ligava-se a algo não refletido que havia permanecido na metafísica histórica do Iluminismo. Havíamos questionado o futuro do moderno sistema produtor de mercadorias, tendo por base a teoria da crise, mas não questionáramos seu passado, na medida em que o mesmo era compreendido, sem mais, como “progresso” – um percurso que havia levado à superação do obscurantismo e da animalidade do mundo agrário pré-moderno. Seguindo os passos de Marx, a teoria da crítica do valor havia tematizado de modo inovador o fetichismo de uma modernidade aparentemente racional. Mas, também a exemplo de Marx, analisara essa descoberta tendo por base uma filosofia da histó-

ria ideológica, isto é, uma falsa racionalidade [presente na idéia inquestionada do “progresso”]. Essa limitação teórica não foi rompidade dentro, mas de fora, graças a uma intervenção feminina. Desde o início da década de 1990, Roswitha Scholz – autora que veio da teoria feminista – criticava a compreensão hegeliana e universalista da crítica do valor, caracterizando-a como “androcêntrica” [centrada no homem]. Com a complexa “teoria da clivagem”, ela tentava romper essa lógica dedutiva, aparentemente fechada em si mesma.

REPORTAGEM *O ensaio de Roswitha Scholz, “O Valor é o Homem” [publicado na revista Novos Estudos Cebrap em 1996], fundamental para a elaboração da teoria da clivagem, passou praticamente em brancas nuvens. Gostaríamos que você falasse sobre o conceito de clivagem: qual seu estatuto teórico em relação à crítica da forma-mercadoria e como ele vincula a crítica do valor à crítica do sujeito?*

KURZ Na abordagem de Scholz, clivagem significa que a estrutura do valor da forma-mercadoria, enquanto forma fundamental do processo de valorização do capital, pretendia abarcar a totalidade do processo de reprodução social, mas na realidade deixava de lado (com as formas do valor e do trabalho abstrato) grande parte dessa reprodução. Isso, tanto em perspectiva material (na medida em que desconsiderava em seu cômputo o “trabalho doméstico”, a educação dos filhos, etc.) quanto em perspectiva sócio-psicológica e cultural-simbólica (desconsiderando sentimentos, afetos, etc.). Esses momentos foram “clivados” da sociabilidade oficial e imputados histórica e socialmente às mulheres. Para usar um termo do debate feminista, estas são “duplamente socializadas”: de um lado, elas pertencem (via atividade profissional, forma dinheiro, etc.) à sociabilidade formal oficial, e, de outro, elas são estruturalmente responsáveis por todos os momentos da vida que não fazem parte da mesma. Como estes momentos não pertencem ao “trabalho abstrato”, à forma valor e à forma dinheiro, eles são considerados infe-

riores do ponto de vista da forma social dominante. No moderno sistema produtor de mercadorias, o status das mulheres é estruturalmente inferior. Em regra, elas são pior remuneradas, assumem menos posições de liderança que os homens, são consideradas “irracionais”, com menos capacidade de se impor e, muitas vezes, como meros “apêndices”. A parte “clivada” não é uma área rigorosamente delimitável, que pode ser considerada em separado, mas perpassa todas as esferas da sociedade. Se é verdade que no processo de desenvolvimento capitalista determinadas partes clivadas foram integradas ao universo oficial da forma-mercadoria, através da comercialização ou da estatização [como a educação pública e a assistência social], também é verdade que várias relações e dimensões vitais não podem ser abarcadas pelo dinheiro e pelo Estado, e que, em tempos de crise, muitos momentos necessários à vida são expulsos da lógica da forma-mercadoria e re-delegados à esfera “feminina”.

REPORTAGEM *A “teoria da clivagem” passa então a ser parte integrante da teoria...*

KURZ A relação do valor não pode ser pensada sem uma simultânea relação de clivagem. Por isso, os conceitos de “valor” e de “clivagem” encontram-se em um mesmo nível de abstração teórica e formam, em conjunto, a conceituação essencial (e contraditória) da modernidade. À luz da teoria da clivagem, o universo aparentemente neutro do trabalho abstrato e da forma-mercadoria revela-se estruturalmente determinado como um universo masculino. A ilusão de um universalismo abstrato é gerada ao limitar-se a reflexão à esfera da circulação. Não limitando a análise à superfície da circulação (a assim chamada “abstração da troca”), torna-se visível que a relação de clivagem engloba todo o processo de reprodução social. Em escala global, grandes parcelas da humanidade não-ocidental caem fora do falso universalismo. O sujeito aparentemente neutro da modernidade é, na verdade, o ocidental branco e masculino.

A formação teórica da modernidade abstrata e universalista relaciona-se, desde o Iluminismo, apenas à estrutura interna da forma-mercadoria, determinada pelo ocidental, branco e masculino. O clivado é reprimido e privado de conceituação. A crítica do valor-mercadoria e do trabalho abstrato precisa ser ampliada a fim de abarcar a crítica da clivagem. Nesse sentido, o clivado não é a “metade melhor” ou “o que não tem a forma-valor”, entendido de modo positivo, mas apenas o lado negativo da mesma moeda. A superação emancipatória desse sistema inclui a superação da relação



Centro comercial de Pequim, China/Pesquisa ODI

“Depois do Japão e dos ‘pequenos tigres’ asiáticos, a China é incensada como a nova portadora do crescimento global. Mas essa esperança é tão enganadora quanto as anteriores. (...) A crise chinesa será mais calamitosa que todas as anteriores”

de clivagem na qual as mulheres (e também a humanidade não-ocidental) são colocadas como inferiores.

REPORTAGEM *Mas esta abordagem não foi aceita em conjunto pelo grupo Krisis...*

Kurz A teoria da clivagem só foi levada em consideração depois de grandes resistências e não foi integrada de forma generalizada nas análises do grupo. Mas ela estava na base do texto “Dominação sem Sujeito” (1993) no qual, pela primeira vez, a crise e a crítica do sistema produtor de mercadorias foi definida também como crise e crítica do sujeito moderno e seu conceito positivo. Essa abordagem foi ampliada e ganhou base empírica no *Livro Negro do Capitalismo* (1999), uma grande análise histórica feita para fundamentar uma crítica do Esclarecimento e de sua filosofia da história. Nele, pela primeira vez, o moderno sistema produtor de mercadorias não aparecia mais como “progresso”, também em relação ao passado. Esta crítica distanciava-se enfaticamente, porém, de qualquer romantização das sociedades agrárias pré-modernas. Não se tratava de uma evocação reacionária de condições passadas, mas de uma críti-

ca radical ao pensamento ontológico. A teoria da crise foi ampliada a fim de abranger a crise do sujeito ocidental branco e masculino, levando a uma crítica explícita da ontologia moderna e das relações fetichizadas em geral. Mas esta ampliação ficou limitada a trabalhos individuais, não sendo assumida por todos os participantes do grupo.

REPORTAGEM *Que papel desempenhou a publicação do Manifesto Contra o Trabalho na sedimentação e mesmo divisão interna do grupo?*

Kurz A crítica do “trabalho abstrato” também foi formulada num projeto conjunto, agora não mais num patamar puramente teórico. O debate sobre a “crise da sociedade do trabalho”, as medidas socialmente repressivas da administração capitalista e os primeiros indicadores de um novo movimento social sugeriram a divulgação da crítica do valor para um público maior. O resultado dessas reflexões foi o *Manifesto Contra o Trabalho* (1999) que, em pouco tempo, causou celeuma, teve grandes tiragens e foi traduzido em várias línguas — um sucesso que surpreendeu mesmo seus próprios autores. Foi um balão de ensaio e, aparentemente, tocou num nervo ex-

posto da sociedade em crise, expressando o que, de forma geral, era sentido mas não tinha voz. A elaboração do *Manifesto* não se deu, porém, sem conflitos. A forma estilística não-habitual obrigou a diversas reformulações e, não por acaso, o item sobre a relação de gêneros só foi acrescentado posteriormente. Houve divergência, principalmente, a respeito das expectativas em torno do *Manifesto*. Para uns, tratava-se de uma realização pontual, na qual a crítica do valor e da clivagem recebia uma formulação literária capaz de apresentá-la a um público mais amplo, além de estimular a reflexão teórica de ativistas que se viam às voltas com os problemas da crise da sociedade do trabalho. Para estes, o processo de formulação teórica deveria ter continuidade ininterrupta, independentemente dessa conjuntura. Para outros, ao contrário, o *Manifesto* significava já o ponto culminante de virada em direção à práxis social e aos novos movimentos sociais.

Até 2001, a formulação teórica da crítica do valor e da crítica da clivagem concentrou-se na revista *Krisis*. O clima pós-11 de setembro [de 2001], no entanto, fez vir à baila as contradições internas do grupo.

No início de 2002, o núcleo inicial dividiu-se em dois grupos que, por algum tempo, agiram sob o teto comum da revista. Em fevereiro de 2004 houve, por fim, o rompimento efetivo. Os que, de um modo ou outro, ficaram presos ao antigo modo androcêntrico e universalista da teoria tomaram para si a “grife Krisis”, instrumentalizaram sua organização e expulsaram a maioria da antiga redação. Esta maioria (da qual faziam parte todas as mulheres do grupo), aliada a novos participantes, fundou a revista *EXIT!*, enquanto o grupo restante optou por um viés jornalístico e propagandístico, que já se anunciara na seqüência do *Manifesto Contra o Trabalho*. A divisão situou-se, inequivocamente, num quadro de acirramento da crise. Não se trata mais, simplesmente, de emitir opiniões e reflexões teóricas interessantes a partir de uma

do ódio, mesmo nos grupos de formulação teórica emancipatória.

REPORTAGEM *No Brasil, a China tem sido citada com freqüência como exemplo de um possível “futuro promissor” do capitalismo ou de supostas “margens de desenvolvimento” do sistema. Como você avalia essas perspectivas?*

KURZ Quando a crise estrutural interna torna-se um beco sem saída, o “pensamento positivo” se apega a sinais externos de uma nova era de acumulação. Depois do Japão e dos “pequenos tigres” asiáticos, a China é incensada como a nova portadora do crescimento global. Mas essa esperança é tão enganadora quanto as anteriores. As altas taxas de crescimento chinesas devem-se apenas ao baixo nível inicial. Assim que for alcançado um nível de crescimento intensivo, que depende de enormes investimentos em infra-es-

base da reprodução social. Não bastasse isso, a industrialização para exportação direciona-se quase que exclusivamente aos EUA, dependendo das estruturas deficitárias globais concentradas na última potência mundial. A crise chinesa será mais calamitosa que todas as anteriores. Ainda que seja universal a barreira interna do sistema produtor de mercadorias global, ela incide em situações muito diferenciadas no interior do sistema. Em virtude disso cria-se reiteradamente, em especial na periferia, a ilusão de que é possível alcançar um patamar de desenvolvimento que tornou-se há tempos obsoleto. Não foi só a modernização retardatária que deu com os burros n’água – a crise da modernização atinge os países capitalistas centrais e os retardatários não podem mais orientar-se por eles. A antiga “não-simultaneidade” de desenvolvimen-

to foi nivelada, não positiva, mas negativamente. A nova “simultaneidade” global da crise exige uma nova perspectiva, capaz de mirar, a partir de pontos de partida diferenciados, um novo modo de socialização para além da forma-valor e da clivagem. A humanidade não está preparada para isso, mas tampouco tem outra escolha. Para a teoria, é importante não perder a cabeça e resistir às contradições atuais, sem entregar-se a uma realidade falsificada com receitas baratas. No cotidiano dos grupos teóricos é necessário solidariedade e ajuda mútua. A superação emancipatória exige uma inter-



Desindustrialização em Middlesbrough, norte da Inglaterra/ Reprodução

“Ainda que seja universal a barreira interna do sistema produtor de mercadorias global, ela incide em situações muito diferenciadas no interior do sistema. Cria-se reiteradamente (...) a ilusão de que é possível alcançar um patamar de desenvolvimento que tornou-se há tempos obsoleto”

perspectiva distanciada, mas de encerrar a existência nua e crua de relações abaladas pelo colapso. A precarização atinge todas as esferas, da intelectual-acadêmica à infra-estrutural. A concorrência e a luta pela sobrevivência abriam as comportas

estrutura e microeletrônica, as taxas de crescimento cairão na mesma velocidade que os antigos portadores da esperança. O crescimento chinês baseia-se numa industrialização unilateral que passará ao largo da grande massa da população, detonando a

venção social de alto nível, e uma formulação teórico-crítica só pode contribuir para isso se não recuar sob a pressão de uma prática política da falsa imediatidade. ■

* colaborou Raquel Imanishi.